

SismMando



Gestão FIRMES! A Luta Muda a Vida 2018-2020

www.sismmar.com.br

Mala Direta
Domiciliária
40.188.757/0001-75045PR
SISMAR
Correios



**BAILE À FANTASIA
COM JANTAR**

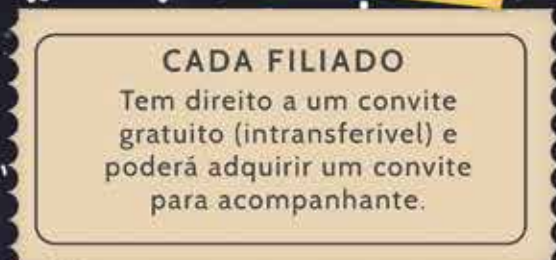
10/11 A PARTIR DAS 19H

NO ARAUCÁRIA ACQUA PARK (R. YOSHIKI NAGANO, 121)

REALIZAÇÃO



* A FANTASIA É OPCIONAL



*Nós temos que reconhecer que o
nosso trabalho é indispensável
num processo político social.*

*Deste trabalho
nascem novas sociedades
nascem novas pessoas.
se humaniza o mundo*

Milena Costa (UFPR), na abertura da
XX Sessão Plenária do Fórum em
Defesa da Escola Pública

Araucária, 20 de setembro de 2018

Prática Antissindical

Novamente Hissam ataca liberações sindicais

Ele usa de todas as vias para o sindicato para destruir os direitos dos professores municipais

O prefeito sabe que, para retirar os direitos dos servidores, será preciso atacar os sindicatos. Sismmar e Sifar são dois bastiões firmes na defesa das carreiras e das conquistas dos trabalhadores municipais.

Isto explica a constante reincidência de Hissam nas práticas antissindicalistas. Desde o início do ano, o prefeito tem tentado reduzir a representação do Sismmar.

O Estatuto dos Servidores estabelece o direito dos servidores indicarem três dirigentes sindicais para serem

liberados para cada entidade.

Sempre houve a compreensão de que a jornada diária de trabalho dos professores, em padrões de 20 horas, era diferente da dos demais servidores, com 40 horas semanais. Portanto, o Sifar tem três dirigentes liberadas. Pessoas que atuam pela categoria por 120 horas semanais (3 x 40h = 120h). No caso, para ter isonomia, o Sismmar tem direito a até seis liberações de 20 horas (6 x 20h = 120h).

Porém, no início do ano, Hissam decidiu autorizar so-

mente a liberação de três professores, independente da jornada. A direção sindical buscou negociar e conseguiu ter liberações pelas 120 horas semanais.

Só que, recentemente, o Ministério Público solicitou ao Município esclarecimentos sobre os professores fora de sala de aula. Trata-se, claramente, do pessoal do magistério que trabalha em outras secretarias. Este não é o caso do Sismmar, mas Hissam viu aí uma brecha para atacar novamente o sindicato e cortar liberações.

Devido a este ataque, até reverter a decisão, retornam à sala de aula as professoras Josiane Furman e Juliana Kato. Permanecem liberados Verieli Della Justina, Alice Unicki dos Santos e Daniel Lazineo Martello. São 40 horas a menos de representação.

O Sismmar também vai buscar o pronunciamento do Ministério Público, que foi usado como pretexto de Hissam para sua atitude autocrática.

Mudanças na direção

Neste mês, ocorreram mudanças na Diretoria Colegiada do Sismmar.

Os professores Tatiane Penkal Burnagui e Udo Enns apresentaram carta de renúncia ao mandato classista, devido a questões pessoais. Assim, foi realizado remanejamento na diretoria.

Zuleika Gapski Vieira deixa a Coord. de Organização Sindical titular para assumir a

Coord. de Finanças titular.

Francielli Terezinha Berina deixa a Coord. de Aposentados Adjunta para assumir a Coord. de Finanças adjunta.

Juliana Pinto Kato deixa a Coord. de Finanças adjunta para assumir a Coord. de Aposentados Adjunta.

Luci Maria Mosson deixa a suplência para assumir a Coord. de Organização Sindical titular.

Unimed

Sismmar não apoia abuso de plano privado de saúde

O desmonte da saúde pública leva muita gente a procurar planos de saúde privados. Assim, com apoio estatal, eles abusam nos seus reajustes.

A Unimed está propondo aumento de 22,29% no plano ofertado ao Magistério. No ano passado o aumento foi na casa dos 30%.

Para justificar os percentuais exorbitantes, a empresa se utiliza do índice de "inflação médica" e afirma que está abaixo da meta de lucros, devido ao adocimento de professores.

Traduzindo: quando se paga sem usar, o lucro é alto. Quando se começa a usar com frequência, o lucro cai. Aí tem início a expulsão dos adoentados mais caros. A medicina privada não

tem como meta promover saúde, mas acumular lucros.

Diante desta situação, a direção do Sismmar convocou os professores que integram o plano de saúde coletivo do magistério para discutir o reajuste proposto. Os professores não aceitaram e apresentaram à empresa o pedido para reduzir o índice.

A direção sindical não tem qualquer responsabilidade com os índices praticados pelo Plano de Saúde da Unimed. A entidade não recebe nenhum benefício por mediar a relação de professores com a empresa. Sua atuação, nesta questão, é apenas para não deixar desassistida a categoria nas negociações.

Congresso do FPMA

Governo propõe medidas para reduzir repasses ao fundo

Na tarde de 25 de outubro será realizado mais um Congresso do Fundo de Previdência Municipal de Araucária, na Câmara de Vereadores.

Os conselheiros irão abordar a contratação, pelo governo, do serviço de um atuário que apresentou proposta diferenciada para o cálculo atuarial e custeio do FPMA, que difere muito do atuário Luiz Cláudio Kogut.

Os cálculos apresentados e repactuados todos os anos referem-se a uma dívida com os servidores. Da Constituição de 1988 até a criação do fundo, a Prefeitura descontou, mas não reservou os recursos previdenciários. A dívida confessada da PMA, considerando o déficit atuarial e os aportes oriundos do art. 4º da Lei 1493/04, soma valor superior a R\$ 1 bi.

Hissam não quer pagar e propõe nova repartição das massas. A intenção é eliminar a dívida com o FPMA e assumir todos os benefícios e pensões

atuais. Deixaria ao Fundo apenas as aposentadorias futuras.

A proposta traria impacto imediato na folha de pagamento, que incorporaria todos os atuais aposentados e pensionistas. Afetaria a carreira e os salários dos servidores em atividade.

Os conselheiros do FPMA não concordam com a proposta do Executivo e vão ao congresso para debater a questão junto aos maiores interessados em qualquer alteração no plano previdenciário: os servidores!

Eleições 2018

Contra o retrocesso

No dia 28 de outubro tem o segundo turno das eleições presidenciais. A direção do Sismmar tem como princípio não apoiar políticos de qualquer partido, pois considera que somente com a luta organizada dos trabalhadores é possível mudar a vida.

No entanto, o pleito deste ano colocou o país sob risco muito grave, com a possibilidade do candidato fascista ganhar o poder. Se isto vier a acontecer, a educação irá regredir 50 anos. Confira e compare proposta dos candidatos finalistas.

HADDAD	BOLSONARO
Revisar a BNCC com foco na formação cidadã	Revisar a BNCC com foco na meritocracia e competição
Priorizar as metas do PNE, com ênfase na gestão democrática	Militarizar o ensino um general para o Ministério da Educação
Aprovar novo Fundeb, com mais recursos e investir 10% do PIB em educação	Diminuir recursos e adotar a educação à distância desde o fundamental
Revogar a Emenda Constitucional 95, que congelou os investimentos públicos por 20 anos	Manter a Emenda 95 e ampliar o ajuste fiscal, comprometendo os investimentos públicos
Recompor os recursos dos royalties do petróleo para o Fundo Social e para a educação	Mantém a política do governo Temer que privilegia os acionistas privados
Realizar Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente, equivalente a concurso público	Terceirizar os postos de trabalho. Ele apoiou a terceirização e da reforma trabalhista
Manter e ampliar direitos, com revogação de parte da reforma trabalhista e da terceirização	Seu vice propôs o fim do 13º salário, 1/3 de férias e demissão irrestrita de servidores

www.sismmar.com.br

Periódico publicado pelo SISMMAR - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Araucária. Av. Beira Rio, 31, Iguaçú, Araucária, PR. CEP 83.701-090
Fones (41) 3462-1820, (41) 9 9933-0822 (Whatsapp-TIM), e-mail sismmar@gmail.com
Jorn. resp Luiz Herrmann (DRT-PR 2331). Gráfica Mansão (41-3242-1580). 1 mil exempl.

Participe do Congresso do FPMA!

Eleja representantes por local de trabalho!

Por lei, um a cada 15 servidores tem direito de participar.

Organize sua unidade e envie o maior número de representantes!

Gestão Democrática

Governo deixa de convocar eleições de diretores

Há rumores de que seu objetivo seria substituir as direções por cargos comissionados

Precisamos defender a democracia e a tolerância em cada espaço que estivermos. Os mandatos dos atuais diretores e diretores auxiliares das unidades educacionais terminam em 31 de dezembro. Para manter a normalidade democrática, escolas e cmeis já deveriam ter comissões eleitorais e chapas se organizando.

Porém, o governo local tem intenção de acabar com a participação da comunidade escolar na escolha das direções. Há a proposta de mudar a lei, mas o conteúdo do novo projeto não é conhecido.

Enquanto isto, continua

em vigor a Lei 2060, que deve ser cumprida. O Conselho Municipal de Educação já alertou a Secretaria da Educação e a Prefeitura sobre a necessidade de se respeitar a lei.

A eleição de diretores começou a correr risco quando a Procuradoria Geral do Município se posicionou dizendo que a lei era inconstitucional porque a indicação aos cargos seria prerrogativa do prefeito.

O parecer da PGM não altera a validade da lei, que foi regularmente aprovada pelos vereadores, sancionada em 2009 e nenhum tribunal a considerou inconstitucional.

Se o governo quiser se antecipar a algum questionamento, pode propor mudança na lei, mas deve assegurar o caráter democrático e a autonomia de organização das unidades educacionais.

As eleições de diretores começaram a ser realizadas na rede estadual do Paraná em 1983. O objetivo era tirar as escolas do controle direto do governador, para reforçar a convivência democrática naquele período pós-ditadura.

Em Curitiba, tomada como referência por Hissam, as eleições escolares deste ano ocorreram em setembro.

Os avanços democráti-

cos que temos buscado há quase 40 anos estão sendo duramente atacados no Brasil. Em Araucária, Hissam lidera a onda politicamente conservadora e economicamente neoliberal.

Uma das ideias que correm por aí é de que a intenção do governo seria nomear

diretor ou diretora como cargo comissionado. Isto significa manter a escola sob o tacão do prefeito.

Isto pode ser considerado por ele muito importante para reprimir qualquer resistência dos professores a mudanças no plano de carreira e no estatuto dos servidores.

Avaliação

Ideb indica o nível de atenção do governo à educação pública

Índices objetivos para avaliar situações subjetivas são sempre enganosos. É o caso do Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Com base nas notas de estudantes em determinadas provas, é feito um ranking entre escolas.

O problema fica sério quando passa a referenciar a política de educação, pois gera distorções para o desenvolvimento pedagógico. O Ideb não considera as diferenças entre as regiões, a realidade diferenciada entre as comunidades, as particularidades de cada escola e seus estudantes.

Governos e setores pri-

vatistas aproveitam índices baixos para apontar o dedo e culpar os professores, atacar direitos trabalhistas e colocar a educação pública a serviço do capital privado.

Avaliações educacionais deste tipo são falhas porque não levam em conta o contexto onde a escola está inserida. Podemos citar o caso de uma professora que, em avaliação anterior, atuava em duas escolas em Araucária, em regiões com características muito diferentes. Na escola central a nota obtida foi 7. Na outra, em local distante e com poucos recursos, a nota foi 5,6. Ela conta que justamente a escola com índice menor era que exigia mais dos professores para contornar as dificuldades muito maiores.

Se há alguma utilidade para índices como o Ideb, seria indicar quais unidades educacionais precisam de maior investimento. Da mesma forma, deveria mostrar ao poder público as regiões da cidade que necessitam de maior atenção.

Portanto, se a rede de ensino de Araucária tem média no Ideb abaixo das médias estadual e nacional, o sinal está claro. O governo municipal precisa ter maior cuidado com a educação pública, seus profissionais, e também com as populações que utilizam este serviço.



Sem Diálogo

Governo Hissam permanece em “voo cego”

Desde o início, o prefeito parece se debruçar na busca de “brechas” que permitam distorcer as interpretações de leis para prejudicar servidores e a população. Enquanto isto, sua gestão permanece em voo cego.

Outro ponto a se destacar é a ausência de diálogo com servidores e o descaso com a carreira dos profissionais. Isto deveria ser de seu interesse do governo porque trabalhamos em prol da população. Além disto, o desrespeito à lei gera passivos financeiros caros para o Município.

Além das ameaças explícitas contra a carreira, nos últimos tempos, temos sentido os ataques contras as pedagogas, a estadualização de escola que não estava em cronograma (sem comunicação prévia à comunidade escolar), a não convocação das eleições de diretores.

Em meio a toda essa situação, chegou aos servidores a notícia da troca do secretário da Educação, com alguns nomes em pauta. A direção do Sismmar buscou pronunciamento oficial no dia 4. Para o secretário de Governo

Genildo Carvalho, a troca era inevitável, mas ele não quis apontar nomes. Disse que seria divulgado no dia seguinte.

Carvalho afirmou ainda que a troca também visava acabar com impasses cuja pauta estava parada e que, já na semana seguinte, faria reunião com o Sismmar para resolver as demandas mais urgentes, como eleição de diretores e alteração no PCCV. Naquele momento, o secretário afirmou que não encaminharia alterações no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos sem discussão com os

representantes da categoria.

Apesar da afirmação veementemente, a troca de secretários não ocorreu. A direção do Sismmar continuou tentando agendar reunião com o prefeito, mas sempre ouviu a desculpa da agenda lotada, sem data nem horários. Assim se vê como é a preocupação do governo com os servidores.

Por fim, o secretário de Educação Henrique Theobald, marcou reunião para 17 de outubro, após o fechamento desta edição. O Sismmar está atento na luta pela garantia dos nossos direitos.

Defesa da Escola Pública

Fórum se firma como espaço de resistência

A grande participação mostrou a necessidade das pessoas defenderem momentos de debate públicos



A plenária final sistematizou as propostas para a carreira e valorização dos trabalhadores da educação

Mesmo sem apoio oficial, o Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Laica e Universal de

Qualidade realizou com sucesso a XX Sessão Plenária, nos dias 20 e 21 de setembro, para debater a carreira dos

trabalhadores da educação e apresentar propostas visando dar qualidade ao atendimento aos alunos

Mais de duzentas pessoas interessadas em defender a educação pública participaram. O público formado em sua maioria por trabalhadores da educação do município também era composto por representantes da comunidade.

A palestra de abertura ocorreu na Câmara Municipal, na noite do dia 20. A professora Milena Costa (UFPR) criticou as reformas do ensino que estão sendo impostas pelo Banco Mundial (Bird). Ela relatou algumas conclusões do seu estudo sobre o relatório denominado Ajuste Justo, que leva ao extremo as ideias do neoliberalismo.

A proposta do Bird leva ao esvaziamento do Estado e à precarização de todas as carreiras, explica a professora. Para os professores, a perspectiva é o rebaixamento de sua função, que seria de meros aplicadores de conceitos e conteúdos já embalados em materiais didáticos produzidos pela indústria da educação.

Na manhã da sexta-feira foram realizados cinco grupos de trabalho para tratar dos temas: carreira e valorização, jornada de trabalho, formação, saúde e previdência.

A plenária final ocorreu na tarde do dia 21, no plenário da Câmara Municipal.

O texto base dessa ses-



Professora Milena Costa (UFPR) fez a palestra de abertura



Falou sobre as ameaças da política do Banco Mundial para a carreira



Grupo 4 - Formação Inicial e Continuada, com Graziela Lucchesi



Grupo 5 - Saúde, com Neto Berenchstein



Grupo 1 - Carreira e Valorização, com Aleksander Machado



Grupo 2 - Jornada de Trabalho, com Evaldo Piolli



Grupo 3 - Previdência, com Ramon Bentivenha e Henrique Kramer

são foi Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, que recebeu sugestões de melhorias, visando a qualidade no atendimento aos alunos.

Entre as propostas aprovadas está a elaboração coletiva, por meio do próprio Fórum, de um plano de formação para os trabalhadores

da educação, que ficou eleito como tema central para a XXI Sessão Plenária, em 2019.

Os debates proporcionaram um importante momento de formação, com discussões articuladas ao PCCV. O Fórum se firmou como espaço de resistência da escola pública frente à sanha neoliberal.